

Repartição do Resultado no Comportamento Patrimonial do Banco Angolano de Investimentos, BAI (2018-2022)¹

 Manuel Domingos Bumba²

Recebido: 05.03.2025
Aceito: 14.03.2025
Publicado: 20.03.2025

Resumo: A presente pesquisa objectivou demonstrar a Repartição de Resultados no Comportamento Patrimonial do BAI, num horizonte temporal compreendido entre 2018 a 2022. Foi feita uma pesquisa bibliográfica, históricos e comparativos com abordagem quantitativa recorrendo a técnica de análise documental com auxílio da plataforma Excel 2010. Os resultados mostraram que houve sucessivos aumentos do património líquido do BAI em função do resultado apurado no final de cada exercício, que após deliberação da Assembleia Geral o património líquido do BAI aumentou positivamente na ordem dos AOA 43.220.382,00, (quarenta e três milhões e duzentos e vinte mil e trezentos e oitenta e dois kwanzas) através da constituição de Reservas, representando um aumento do património líquido na ordem dos 11,76%, dos resultados apurado em 2022 e distribuído aos accionistas, a maior fatia da repartição do dividendo foi para o accionista outros com 57,88% e o accionista Mário Alberto dos Santos Barber, com a menor fatia do dividendo distribuído equivalente em AOA 1.551.534.384,31 (um bilhão e quinhentos e cinquenta e um milhões e quinhentos e trinta e quatro mil e trezentos e oitenta e quatro kwanzas e trinta e um centavos). Concluiu-se que a Repartição de Resultados entre Accionistas comportou-se positivamente no património líquido do BAI através da constituição de Reservas, tendo em conta o Resultado apurado no final de cada exercício económico e da decisão do Conselho de Administração.

Palavras-Chave: Instituições Financeiras Bancárias, Património Líquido, Rentabilidade e Repartição de resultados.

Distribution of Results in the Asset Behavior of the Angolan Investment Bank, BAI (2018-2022)

Abstract: This research aimed to demonstrate the Distribution of Results in BAI's Asset Behavior, in a time horizon between 2018 and 2022. A bibliographic, historical and comparative research was carried out with a quantitative approach using the documentary analysis technique with the aid of the Excel 2010 platform. The results showed that there were successive increases in BAI's net equity based on the result obtained at the end of each financial year, that after deliberation by the General Meeting, BAI's net equity increased positively in the order of AOA 43,220,382.00, (forty-three million, two hundred and twenty thousand, three hundred and eighty-two kwanzas) through the constitution of Reserves, representing an increase in net equity in the order of 11.76%, of the results obtained in 2022 and distributed to shareholders, the largest share of the dividend distribution was for the other shareholder with 57.88% and the shareholder Mário Alberto dos Santos Barber, with the smallest share of the dividend distributed equivalent to AOA 1,551,534,384.31 (one billion, five hundred and fifty-one million, five hundred and thirty-four thousand, three hundred and eighty-four kwanzas and thirty-one centavos). It was concluded that the Distribution of Profits among Shareholders had a positive impact on BAI's net equity through the creation of Reserves, taking into account the Result recorded at the end of each financial year and the decision of the Board of Directors.

Keywords: Banking Financial Institutions, Net Equity, Profitability and Distribution of Profits.

Distribución de Resultados en el Comportamiento Activo del Banco de Inversiones de Angola, BAI (2018-2022)

Resumen: Esta investigación tuvo como objetivo demostrar la Distribución de Resultados en el Comportamiento Patrimonial de BAI, en un horizonte temporal comprendido entre 2018 y 2022. Se realizó una investigación bibliográfica, histórica y comparativa con un enfoque cuantitativo utilizando la técnica de análisis documental con la ayuda de la plataforma Excel 2010. Los resultados mostraron que hubo sucesivos aumentos en el patrimonio neto de BAI con base en el resultado obtenido al final de cada ejercicio, que luego de la deliberación de la Junta General, el patrimonio neto de BAI aumentó positivamente en el orden de AOA 43.220.382,00, (cuarenta y tres millones doscientos veinte mil trescientos ochenta y dos kwanzas) mediante la constitución de Reservas, lo que representa un aumento del patrimonio neto en el orden del 11,76%, de los resultados obtenidos en 2022 y distribuidos a los accionistas, la mayor parte de la distribución de dividendos fue para el otro accionista con un 57,88% y el accionista Mário Alberto dos Santos Barber, con la menor participación del dividendo distribuido equivalente a AOA 1.551.534.384,31 (mil quinientos cincuenta y un millones quinientos treinta y cuatro mil trescientos ochenta y cuatro kwanzas y treinta y un centavos). Se concluyó que la Distribución de Resultados entre los Accionistas tuvo un impacto positivo en el patrimonio neto de BAI a través de la creación de Reservas, teniendo en cuenta el Resultado determinado al cierre de cada ejercicio y la decisión del Directorio.

Palabras clave: Instituciones Financieras Bancarias, Patrimonio Neto, Rentabilidad y Participación en las Utilidades.

1 DOI: <https://doi.org/10.4314/academicus.v3i1.14>

2 Universidade Gregório Semedo (UGS) / E-mail: manuel_bumba@hotmail.com

Introdução

As instituições bancárias sejam elas públicas ou privadas precisam ter quadros e dirigentes que possuam sólidos conhecimentos nos mais diversos domínios com maior realce nas demonstrações financeiras de modo a facilitar a informação aos seus *stakeholders* que podem ser os seus accionistas que decidem de continuar ou não a sua participação no capital da empresa, tendo em conta o dividendo recebido em função da percentagem de participação no capital.

Para levar a cabo as referidas tarefas são necessárias informações oportunas, muitas das quais são fornecidas pela contabilidade (Lisboa et al, 2008). Estas informações são as informações financeiras que os accionistas precisam e provém dos Relatório que os gestores colocam a disposição da Assembleia Geral, aquando da prestação de contas para a sua aprovação.

Tais informações têm como principal objectivo proporcionar informação sobre a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira de uma empresa, sendo essenciais para as diversas partes interessadas como: Investidores, Gestores, Accionistas, Estado e Trabalhadores. Dessa forma a existência da contabilidade permite que as pessoas internas ou externas tenham acesso as informações sintéticas, que se podem encontrar nas demonstrações financeiras ou relatórios das organizações (Silva, 2005; Malumbu, 2022).

Os gestores financeiros das organizações sejam elas bancárias ou não, no decorrer das suas actividades devem, de forma eficiente, planear, organizar, dirigir e controlar o processo de tarefas relativas às demonstrações financeiras. Para tal, devem respeitar as características de relevância, e fiabilidade baseadas na continuidade, em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, da materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade, de modo a homogeneizar a forma de Relato Financeiro.

A Importância da Repartição do Resultado no comportamento Patrimonial do Banco Angolano de Investimentos (BAI) tem relevância significativa demonstrando como a Repartição do Resultado entre accionistas comportou-se positivamente no património líquido, através da constituição das reservas e assim garantir a sua competitividade e sobrevivência no mercado financeiro.

Nesta senda, Vieira et al. (2018), afirmam que o lucro, em Contabilidade, é o que se pode distribuir durante um período, mantendo-se a potencialidade do património líquido inicial intacta. Assim, o lucro é o elemento integrador entre à actividade comercial desenvolvida pela empresa e o investimento de recursos pelos accionistas.

No nosso país, a lei das sociedades comerciais angolana, enfatiza, que a Sociedade distribui aos sócios anualmente pelo menos metade dos lucros distribuíveis ou diferir a distribuição de lucros até 60 dias a contar da data em que estes tenham vencido, com fundamento em situação excepcional da sociedade, conforme os artigos 239.º e 326.º, da Lei nº 01/04 de 13 de Fevereiro, (Lei das Sociedades Comerciais).

Ao longo de um determinado exercício contabilístico, as empresas podem obter resultados negativos, prejuízos acumulados de anos anteriores ou obtendo resultados positivos nasce a obrigação legal de constituir reservas. Conforme o artigo 34.º da Lei nº 01/04 de 13 de Fevereiro, (Lei das Sociedades Comerciais), não podem ser distribuídos aos sócios os lucros de exercícios que sejam necessários para cobrir prejuízos transitados ou para formar ou reconstituir reservas impostas por lei ou pelo estatuto da sociedade.

Em muitos países, particularmente em angola, temos constatado comumente os conflitos que os tribunais resolvem quanto a incompreensão referente a repartição de dividendos entre accionistas. Os referidos conflitos ocorrem porque não tem havido um esclarecimento contabilístico claro sobre a forma como deve ser feita a Repartição do Resultado apurado pelos contabilistas das empresas.

A complexidade do problema começa na falta de transparência e no critério equitativo na Repartição do Resultado entre accionistas o que pode levar este último a tomar decisão de continuar

ou não a sua participação no capital social da empresa uma vez que se trata de empresas cujas acções são facilmente negociáveis.

Diante desses factos pretendeu-se com essa pesquisa demonstrar Repartição de Resultados no comportamento patrimonial do Banco Angolano de Investimentos através do resultado apurado no final de cada exercício económico. A realização da pesquisa nesta área justifica-se pela necessidade de um maior aprofundamento dos conhecimentos científicos, baseados na Importância da Repartição do Resultado, com foco nos Resultados líquidos do exercício económico, como factor para a determinação dos dividendos.

A escolha do Banco BAI, deveu-se por ser o primeiro Banco Angolano, a colocar em negociação as suas acções na Bolsa de Valores de Angola`Bodiva`. Para alcançar o objectivo preconizado, recorreu-se a pesquisa documental com uma abordagem quantitativa, onde a partir das informações contidas nas demonstrações financeiras do Banco Angolano de Investimentos durante o período de 2018 até 2022, com auxílio do plataforma Excel 2010.

Assim, a presente pesquisa está dividida em cinco partes, nomeadamente, na primeira parte, a parte introdutória, temos os elementos iniciais do trabalho nomeadamente: a problemática, objectivos, a justificativa do tema e a delimitação do trabalho. Enquanto a segunda parte, trata do enquadramento teórico do tema sobre a revisão da literatura, relacionada com Instituições Financeiras Bancárias, Património líquido, Rentabilidade das acções e Repartição de resultados.

Já na parte três fez-se um breve esclarecimento sobre o procedimento metodológico utilizado, bem como os métodos, técnicas de pesquisa e tipos de pesquisa. Na quarta parte apresentamos os eventuais Resultados líquidos de exercícios, que serviram de base para a Repartição de Resultados entre accionistas do Banco Angolano de Investimentos. Finalmente, na quinta e última parte apresentamos as respectivas conclusões e recomendações da pesquisa.

Instituições Financeiras

As Instituições Financeiras têm um importante papel na intermediação financeira do sistema económico. Captam fundos das poupanças das famílias e empresas e através da concessão de crédito, canalizam esses fundos para outros agentes económicos famílias e empresas para o investimento.

Peres, (2011) definiu instituições financeiras bancárias como sendo “as empresas em que a sua actividade principal está em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, a fim de os aplicar por conta própria, através da concessão de crédito; ou seja, são os bancos em geral”.

O quadro actual do sistema financeiro angolano, aprovado pela lei nº 14/21 de 19 de Maio (Regime Geral das Instituições Financeiras), que revoga a lei nº 12/15 de 17 de Julho, (Lei de Bases do Sistema Financeiro), classifica as Instituições financeiras em dois tipos: As instituições financeiras Bancárias e não bancárias ligadas a moeda e ao crédito, e as instituições financeiras ligadas ao Mercado de Capitais, ao Investimento, actividades de seguro e previdência social.

Pereira, (2015), realça que no âmbito da supervisão, é função do BNA monitorar de maneira continua as instituições financeiras sob sua jurisdição com o propósito de velar pela estabilidade e confiança do sistema financeiro nacional.

O Banco Nacional de Angola (BNA), como banco Central e emissor, tem como principais funções assegurar a preservação do valor da moeda nacional e participar na definição das políticas monetárias, financeiras e cambial, segundo a Lei nº 16/10 de 17 de Julho, (Lei do Banco Nacional de Angola).

Contabilidade, Rentabilidade Bruta e Líquida

A origem da contabilidade está relacionada à necessidade de registros do comércio, pois à medida que o homem começava a possuir maior quantidade de seus bens e valores, precisava saber

quanto isso poderia render e quais as formas para aumentar a sua situação patrimonial. Como afirma Gomes, (2010) cabe a contabilidade o devido registo das ocorrências que modificam o património das empresas. Ocorre que cada tipo de evento deve ser levado a registo em livros adequados. Pois que, cada tipo de livro tem sua função, e sua organização tem respaldo na Contabilidade e na legislação.

Assim, a contabilidade é uma técnica que recolhe informações relativas a todos os actos da vida da empresa, que posteriormente regista, processa, arquiva e controla toda actividade desenvolvida pela empresa, avalia os actos de gestão praticados e realiza previsões de médio e a longo prazo, recorrendo ao Balanço Patrimonial que tem por objectivo demonstrar a situação do património da empresa, em determinada data- normalmente, ao término de cada exercício social. A lei societária recomenda que as contas do balanço sejam classificadas segundo os elementos do património que elas representem, sendo agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa (Braga, 2009).

O balanço patrimonial é a demonstração contabilística mais importante em que se pode visualizar o equilíbrio do património, devendo ser elaborado com precisão para obter dados permitindo que seus interessados possam extrair informações precisas que mostrem a real situação da empresa.

A revolução industrial, a necessidade de grandes recursos para investimentos obrigou os empresários a buscar no mercado, por meio das bolsas, o dinheiro do público, um dos meios é pela Rentabilidade bruta das acções que representa o retorno total obtido por um investidor em um determinado investimento antes da dedução dos impostos despesas e comissões (Filho, 2006)

O primeiro factor que é levado em consideração por investidores ao avaliar uma alternativa de investimento é o ganho a ser recebido por deixar os recursos financeiros investidos. Esse ganho é conhecido como rentabilidade e é representado de maneira sintética pela taxa de retorno do investimento que podemos ver abaixo (Calado et. al, 2018).

$$\text{Rentabilidade} = \frac{\text{Valor Final} - \text{Valor Inicial}}{\text{Valor Inicial}}$$

Enquanto, isso, a Rentabilidade líquida do investimento representa o retorno que o investidor vai efectivamente receber após a dedução dos impostos, despesas e comissões. O cálculo da rentabilidade de um investimento pode assumir a seguinte maneira:

$$\text{Rentabilidade} = \frac{\text{Valor Final} - \text{Impostos-Despesas} - \text{Valor Inicial}}{\text{Valor Inicial}}$$

Repartição de resultados

O Lucro em contabilidade é o que se pode distribuir durante um período, mantendo-se a potencialidade do património líquido inicial intacta. O lucro pode ser visto como indicador de desempenho da empresa num determinado período e a repartição de Resultados como a distribuição do lucro gerado pela empresa num determinado período, entre sócios, acionistas e investidores, de acordo com as suas percentagens de participação no negócio (Vieira et al, 2018)

De acordo com Silva et al, (2005) as demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam uteis a investidores, credores e outros utentes, a fim de investirem racionalmente, concederem crédito e tomarem decisões semelhantes-contribuírem assim para o funcionamento

eficiente dos mercados de capitais. No entanto, a utilidade da informação depende principalmente de três características qualitativas: A relevância, a fiabilidade e a comparabilidade. Só com clareza essa informação será compreensível a todos os seus utentes (Silva et al, 2005).

É de extrema importância para os utentes saberem como a empresa gera e utiliza o dinheiro num determinado período, para isso, recorre-se ao Balanço, especificamente a demonstração de fluxo de caixa. Segundo Plano geral de Contabilidade Angolano (PGCA) Balanço é uma demonstração contabilística destinada a evidenciar, quantitativamente e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira de uma entidade. O Balanço é constituído pelas seguintes classes: Activo, Passivo e Capital próprio enquanto a demonstração de fluxos de caixa é uma demonstração contabilística destinada a evidenciar como foi gerado e utilizado o dinheiro no período em análise (PGCA, 2001).

Pode-se ver que a análise sobre o Resultado constitui um painel importante para a gestão e serve de ferramenta para os stakeholders que se relacionam ou pretendem relacionar-se com uma empresa, demonstrando a visão estratégica dos planos da empresa, estimando o seu futuro e as suas potencialidades. Normalmente, ela é elaborada no final de cada ano com o intuito de facilitar na determinação dos diferentes tipos de Resultados apurado durante o exercício financeiro.

Um das principais decisões financeiras a ser tomadas pelas empresas refere-se à distribuição ou não de dividendos, tal é livremente decidida pelos sócios-accionistas em Assembleia Geral e dependem sobre tudo da política de dividendos da empresa, entende-se por dividendo a remuneração dada aos accionistas em decorrência da apuração de lucros pela empresa (Neto, 2009; Ross, 2010). A Retenção de lucros é destinada à manutenção da capacidade física da empresa. Decidir em reter ou não lucros é uma decisão que depende da política de distribuição de dividendos de cada empresa.

De acordo com o art. 34.º da Lei nº 01/04 de 13 de Fevereiro (Lei das Sociedades Comerciais), se houver lucros distribuíveis no exercício, a sociedade é obrigada a distribuir metade desse valor aos sócios, salvo disposição em contrário no estatuto social ou deliberação dos sócios para distribuir uma quantia menor. No entanto, os lucros necessários para cobrir prejuízos transitados ou para formar ou reconstituir reservas obrigatórias por lei ou pelo contrato social não são distribuíveis.

O montante remanescente, se houver, deve ser distribuído aos sócios conforme as regras gerais estabelecidas no art. 156.º, n.º 4, da Lei nº 01/04 de 13 de Fevereiro, (Lei das Sociedades Comerciais). Além disso, os quinhões no lucro de liquidação podem ser pagos em bens em espécie, desde que o estatuto social ou uma deliberação unânime dos sócios assim autorizem, conforme o art. 156.º, n.º 1, da Lei nº 01/04 de 13 de Fevereiro (Lei das Sociedades Comerciais).

Por fim, para que ocorra qualquer adiantamento sobre os lucros, é necessário que as contas da sociedade sejam elaboradas e apreciadas anualmente. Com base nessa aprovação, a deliberação sobre a distribuição dos lucros deve ser realizada, conforme determina o art. 329.º, n.º 1, al. b), da Lei nº 01/04 de 13 de Fevereiro (Lei das Sociedades Comerciais). tendo como única excepção é a possibilidade de haver um adiantamento sobre os lucros no decurso do exercício.

Metodologia

Instrumento e procedimento

No presente estudo, recorreu-se a pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem quantitativa, no intuito de facilitar o entendimento e apresentar de forma concisa os elementos mais relevantes sobre o assunto. Recorreu-se ao método estatístico-comparativo para a análise dos dados estatísticos das informações financeiras referentes aos resultados contabilísticos e fiscais do Banco Angolano de Investimentos durante o período de 2018 a 2022 apresentando-os em termos de tabelas e gráficos e ao método histórico que de acordo com Pereira et. al, (2018) consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições no passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje. O mesmo permitiu que tenhamos uma informação sobre o surgimento do BAI e da maneira

como tem evoluído ao longo dos cinco anos em estudo.

Fez-se o uso da técnica documental que permitiu obter informações contidas nas demonstrações financeiras do Banco Angolano de Investimentos durante o período quinquenal em estudo que vai de 2018 até 2022.

Resultados

Caracterização do BAI

O Banco Angolano de Investimentos, S.A. (BAI - Sociedade Anónima) foi fundado em 14 de Novembro de 1996, com a designação de BAI - Banco Africano de Investimentos, S.A.R.L (BAI - Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada), tendo sido o primeiro banco privado com capitais nacionais a ser constituído em Angola. O BAI foi também o primeiro Banco angolano a se internacionalizar, processo que se iniciou em 1998 com a abertura de uma sucursal em Lisboa, a qual viria a dar origem, em 2002, à filial BAI Europa, instituição bancária de direito português, assim o BAI está presente em quatro países: Angola, Portugal, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Resultados e discussão

Análise do património líquido

A tabela abaixo, sobre o património líquido do BAI, mostra que entre 2018 e 2022, o património líquido do BAI cresceu significativamente. Em 2018, iniciou com AOA 149.143.703,00 (cento e quarenta e nove milhões e cento e quarenta e três mil e setecentos e três) e terminou o ano com AOA 199.209.392,00 (cento e noventa e nove milhões e duzentos e nove mil e trezentos e noventa e dois kwanzas), +21,13%. Em 2019, partiu de AOA 221.365.198,00 (duzentos e vinte e um milhões e trezentos e sessenta e cinco mil e cento e noventa e oito kwanzas) e atingiu AOA 355.007.658,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões e sete mil e seiscentos e cinquenta e oito kwanzas), +37,64%.

Enquanto, em 2020, começou com AOA 349.280.135,00 (trezentos e quarenta e nove milhões e duzentos e oitenta mil e cento e trinta e cinco kwanzas) e encerrou com AOA 382.320.090,00 (trezentos e oitenta e dois milhões e trezentos e vinte mil e noventa kwanzas), +8,64%. Em 2021, iniciou com AOA 292.563.476,00 (duzentos e noventa e dois milhões e quinhentos e sessenta e três mil e quatrocentos e setenta e seis kwanzas) e subiu para AOA 434.104.973,00 (quatrocentos e trinta e quatro milhões e cento e quatro mil e novecentos e setenta e três kwanzas), +32,60%. Já em 2022, o património líquido passou de AOA 367.505.540,00 (trezentos e sessenta e sete milhões e quinhentos e cinco mil e quinhentos e quarenta kwanzas) para AOA 467.733.860,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões e setecentos e trinta e três mil e oitocentos e sessenta kwanzas), +21,42%.

Podemos ver então, em todos os anos, que o BAI registrou resultados líquidos positivos, consolidando sua posição financeira. É de salientar que sob a óptica dos accionistas e proprietários o Património Líquido pertence aos sócios, representando a sua parte na empresa, o próprio accionista não pode, a qualquer momento, retirar-se da sociedade, levando sua parcela de património, havendo prazos e regras para isso acontecer (Ludícibus & Marion, 2002).

Tabela 1: Balanço do BAI.

Activo	Montantes expressos em milhares de AOA				
	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2020	31-12-2019	31-12-2018
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	661 714 228	553 645 330	400 608 183,00	333 319 523	253 867 188
Disponibilidades em outras instituições de crédito	39 938 064	86 406 115	276 750 403,00	152 964 900	125 398 411

Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	602 367 362	717 016 222	549 379 550,00	629 718 675	351 162 813
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	615 607 513	70 646 786	80 430 972,00	58 349 624	49 351 693
Activos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	2 065 699	446 155	111 467 223,00	116 536	30 160 357
Investimentos ao custo amortizado	690 054 439	1 076 782 432	1 336 406 346,00	856 264 416	722 661 496
Crédito a clientes	392 351 283	356 920 274	502 217 037,00	448 711 535	373 253 283
Activos não correntes detidos para venda	-	18 683 114	32 835 312,00	17 652 164	19 110 486
Propriedades de investimento	-	-	2 170 116,00	-	-
Outros activos tangíveis	101 699 225	100 494 320	104 912 217,00	66 739 277	56 848 108
Activos tangíveis	12 504 968	11 838 476	7 883 479,00	2 846 897	1 514 519
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	28 437 074	28 851 321	11 828 202,00	8 927 045	7 719 154
Activos por impostos correntes	1 674 075	956 162	1 734 196,00	2 035 858	949 020
Activos por impostos diferidos	11 709	216 851	1 716 250,00	8 803 348	11 807 312
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	5 195 589,00	-	-
Outros activos	46 474 199	32 050 196	69 254 302,00	55 252 868	40 790 969
Total do Activo	3 194 899 838	3 054 953 754	3 494 789 377,00	2 641 702 666	2 044 594 809
<i>Passivo e capitais próprios</i>					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	27 463 020	23 086 231	51 022 628,00	30 132 232	3 942 530
Recursos de clientes e outros empréstimos	2 637 145 941	2 525 617 614	2 941 367 956,00	2 443 370 882	1 807 522 210
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	11 067 256,00	11 860 934	-
Provisões	13 999 476	11 986 165	12 178 988,00	5 691 296	6 012 036
Provisões técnicas	-	-	18 141 403,00	14 743 702	-
Passivos por impostos correntes	3 101 404	3 101 404	3 749 217,00	14 235 980	2 214 451
Passivos por impostos diferidos	367 885	-	1 584 370,00	107 609	78 679
Passivos subordinados	-	-	5 161 461,00	3 510 535	-
Outros passivos	45 088 252	57 057 367	68 196 008,00	65 146 627	25 615 511
Total do Passivo	2 727 165 978	2 620 848 781	3 112 469 287,00	2 588 799 797	1 845 385 417
Capital social	157 545 000	157 545 000	157 545 000,00	157 545 000	14 786 705
Reservas de actualização monetária	-	-	-	-	28 669
Prémios de emissão	-13 407 562	-9 204 478	- 9 204 478,00	-9204478	-9 204 478
Acções próprias	-5 296 172	-739 335	- 739 335,00	-739 335	-739 335
Reservas de reavaliação	696 854	-349 661	69 638 577,00	38 157 667	-576 118
Outras reservas e resultados transitados	227 967 420	145 311 950	127 840 643,00	32 318 385	144 848 260
Resultado liquido individual do exercicio	100 228 320	141 541 497	33 039 955,00	133 642 460	50 065 689
Capital próprio atribuível aos accionistas do BAI	-	-	378 120 362,00	351 719 699	-
Interesses que não controlam	-	-	4 199 728,00	3 287 959	-
Total dos Capitais Próprios	467 733 860	434 104 973	382 320 090,00	355 007 658	199 209 392

Total do Passivo e dos Capitais Próprios	3 194 899 838	3 054 953 754	3 494 789 377,00	2 943 807 455	2 044 594 809
--	---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios e contas anuais do BAI, S.A

Análise da rentabilidade bruta e líquida

O primeiro factor que é levado em consideração por investidores ao avaliar uma alternativa de investimento é o ganho a ser recebido por deixar os recursos financeiros investidos. Esse ganho é conhecido como rentabilidade e é representado de maneira sintética pela taxa de retorno do investimento (Calado *et. al*, 2018). Para o cálculo da Rentabilidade bruta do investidor do BAI, foram colectados dados sobre a evolução da cotação da acção no período de 2022.

Tabela 2: Evolução da rentabilidade bruta do investidor BAI, no período de 2022

Itens	Junho	Outubro	Dezembro
Rentabilidade bruta do investidor	0,00	219,76	-0,57
Rentabilidade líquida do Investidor	0,0	198	-0,57

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios e contas anuais do BAI, S.A.

Segundo a tabela 2, a evolução da rentabilidade do investimento em ações do BAI no último trimestre de 2022 mostrou uma forte oscilação. Em outubro, a rentabilidade bruta atingiu 219,76%, enquanto a líquida foi de 198%.

No entanto, em dezembro, as ações adquiridas em outubro sofreram uma desvalorização significativa, resultando em uma rentabilidade negativa de 57%. Essa queda foi impulsionada pela operação do BAI, que alienou 972.500 (novecentos e setenta e dois mil e quinhentos kwanzas) acções próprias na bolsa, levando a uma correção no preço das acções, que passou de AOA 66.000,00 (sessenta e seis mil kwanzas) em outubro para AOA 28.100,00 (vinte e oito mil e cem kwanzas) em dezembro, impactando diretamente os ganhos do investidor.

Análise da repartição de resultados

De acordo com Schmidt (2001), o lucro, pode ser considerado como a importância máxima a ser distribuída como dividendos, sem alteração do património líquido. O lucro máximo a ser distribuído por uma empresa é considerado, assim, um resíduo, que é obtido depois de haver a manutenção do património líquido. Para efectuar a Repartição de Resultados é necessário fazer-se o apuramento dos resultados do período do, por meio da Demonstração de resultados do exercício.

Tabela 3: Demonstrações dos resultados do BAI

Itens	Montantes expressos em milhares de AOA				
	2022	2021	2020	2019	2018
Juros e rendimentos similares calculados pelo método da taxa de juro efectiva	234 084 156,00	220 363 497,00	180 390 654,00	151 024 253,00	119 848 497,00
Juros e rendimentos similares não calculados pelo método da taxa de juro efectiva	34 827 279,00	8 138 335,00	7 100 277,00	4 488 049,00	2 106 443,00
Juros e encargos similares	-79 717 045,00	-59 609 679,00	- 55 297 960,00	- 44 490 665,00	- 35 841 926,00
Margem financeira	189 194 390,00	168 892 153,00	132 192 971,00	111 021 637,00	86 113 014,00
Rendimentos de instrumentos de capital	1 379 228,00	1 237 737,00	935 137,00	15 504,00	278 430,00
Rendimentos de serviços e comissões	49 772 846,00	33 679 216,00	22 272 097,00	21 952 286,00	23 564 633,00
Encargos com serviços e comissões	- 19 110 086,00	- 10 806 598,00	- 8 921 250,00	- 5 530 067,00	- 4 111 745,00

Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	11 781 691,00	5 158 524,00	7 929 371,00	-1 188 059,00	- 2 407 968,00
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	- 124 902,00	-
Resultados de investimentos ao custo amortizado	54 328 526,00	24 310 056,00	626 218,00	- 321 756,00	-
Resultados cambiais	- 9 582 264,00	4 562 935,00	92 133 906,00	103 052 588,00	80 396 774,00
Resultados de alienação de outros activos	- 249 557,00	- 932 411,00	389 181,00	- 752 317,00	1 228 003,00
Outros resultados de exploração	- 13 550 882,00	- 7 310 663,00	- 14 515 744,00	- 2 580 415,00	- 6 550 511,00
Produto da actividade bancária	263 963 892,00	218 790 949,00	233 041 887,00	230 164 886,00	178 510 630,00
Custos com o pessoal	- 61 971 724,00	- 54 479 720,00	- 42 281 674,00	- 34 306 611,00	- 25 739 916,00
Fornecimentos e serviços de terceiros	- 65 153 272,00	- 60 448 922,00	- 37 966 857,00	- 34 750 873,00	- 21 291 634,00
Depreciações e amortizações do exercício	- 15 341 869,00	- 11 923 840,00	- 5 719 897,00	- 6 004 876,00	- 4 058 596,00
Provisões líquidas de anulações	- 3 910 332,00	- 3 087 123,00	- 552 619,00	- 2 332 777,00	- 812 407,00
Imparidade para crédito a clientes líquidas de reversões e recuperações	- 6 755 570,00	- 637 694,00	- 33 182 821,00	12 530 655,00	- 68 878 865,00
Imparidade para outros activos financeiros líquidos de reversões e recuperações	5 634 010,00	65 893 395,00	- 74 389 903,00	- 14 608 987,00	- 85 692,00
Imparidade para outros activos líquidos de reversões e recuperações	- 1 707 612,00	113 321,00	- 1 714 135,00	- 1 686 632,00	- 5 193 993,00
Resultado antes de Impostos de operações em continuação	114 757 523,00	154 220 366,00	37 233 981,00	152 225 277,00	52 449 527,00
		Imposto sobre os resultados			
Impostos correntes	- 14 529 202,00	- 12 678 869,00		- 11 380 329,00	- 2 214 451,00
Impostos diferidos	-	-	- 8 562 050,00	- 6 756 130,00	- 169 387,00
Resultado após Impostos de operações em continuação	100 228 320,00	141 541 497,00	28 671 931,00	133 642 460,00	50 065 689,00
Resultado líquido individual do exercício	100 228 320,00	141 541 497,00	28 671 931,00	133 642 460,00	50 065 689,00

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios e contas anuais do BAI, S.A

A tabela 3 ilustra o desempenho financeiro do BAI, em função das actividades desenvolvidas ao longo dos períodos em análise, que vai de 2018 a 2022, onde podemos constatar, que o ano de 2021, foi o ano com maior criação de riqueza para os seus investidores num valor de AOA 141.541.497.000,00 (cento e quarenta e um bilhões e quinhentos e quarenta e um milhões e quatrocentos e noventa e sete mil kwanzas) e o ano de 2018, com resultado líquido mais baixo na ordem dos AOA 50.065.689.000,00 (cinquenta bilhões e sessenta e cinco milhões e seiscentos e oitenta e nove mil kwanzas).

De acordo com Salotti, *et al.* (2019), por meio da demonstração das mutações do património líquido, um usuário pode identificar, por exemplo:

- quanto do crescimento (ou decréscimo) do património líquido veio do resultado (demonstração de resultado);
- políticas de constituição de reservas utilizadas pela organização;
- políticas de aumento (ou redução) de capital social e distribuição de dividendos;
- comportamento dos prejuízos acumulados, quando existentes.

Tabela 4: Composição do património líquido do BAI, antes da deliberação de Accionistas e após a deliberação da Assembleia Geral (2022)

Elementos	Valores antes	Valores após
Capital social	157.545.000,00	157.545.000,00
Reservas de actualização monetária	-	-
Prémios de emissão	- 13.407.562,00	- 13.407.562,00
Accções próprias	- 5.296.172,00	- 5.296.172,00
Reservas de reavaliação	696.854,00	23.062.891,00
Outras reservas e resultados transitados	227.967.420,00	248.821.765,00
Interesses que não controlam	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Total do capital próprio	367.505.540,00	410.725.922,00

Fonte: Elaboração própria

Durante o exercício económico de 2022, o Banco Angolano de Investimentos, gerou um resultado líquido positivo na ordem dos 100.228.319.399,00 (cem bilhões e duzentos e vinte e oito milhões e trezentos e dezanove mil e trezentos e noventa e nove Kwanzas).

Com base nos Resultados apurados, foi convocada a Assembleia Geral de Accionistas para decidir sobre a proposta de aplicação dos Resultados apurados no exercício económico de 2022. Assim, com base o extracto da acta da XXX 1ª Assembleia Geral ordinária de Accionistas do Banco Angolano de Investimentos, foi realizada a Assembleia Geral, aos 30 de Março de 2023, o qual deliberou sobre a proposta de aplicação do Resultado líquido do exercício de 2022.

Tendo apreciado todos os pontos da reunião, o Accionista Dabas Management Limited propõe à Assembleia Geral, nos termos e para efeitos do disposto na al. f) do nº2 do artigo 71.º, e al. b) do nº 1 do artigo 396.º ambos da Lei nº 01/04 de 13 de Fevereiro, (Lei das Sociedades Comerciais) e na al. a) do nº 1 do artigo 127.º da Lei nº 22/15 de 31 de Agosto (Código dos Valores Mobiliários) e do artigo 31.º dos (Estatutos do Banco BAI), a seguinte deliberação:

Que ao Resultado líquido individual do exercício de 2022, no valor de 100.228.319.399,80 kwanzas (cem mil, duzentos e vinte e oito milhões, trezentos e dezanove mil trezentos e noventa e nove kwanzas e oitenta centimos), seja dada a seguinte aplicação:

- Para reservas legais 10% – AOA 10.022.831.939,98 (dez bilhões e vinte e dois milhões e oitocentos e trinta e um mil e novecentos e trinta e nove kwanzas e noventa e oito centimos);
- Para reservas livres 50% – AOA 50.114.159.699,90 (cinquenta bilhões e cento e quatorze milhões e cento e cinquenta e nove mil e seiscentos e noventa e nove kwanzas e noventa centimos);
- Para dividendos 40% – AOA 40.091.327.759,92 (quarenta bilhões e noventa e um milhões e trezentos e vinte e sete mil e setecentos e cinquenta e nove kwanzas e noventa e dois centimos).

Sobre a composição do património líquido do BAI, após a deliberação de Accionistas, sobre a distribuição de dividendos e da constituição de reservas, constatou-se que o património líquido do Banco aumentou positivamente na ordem dos AOA 43.220.382,00 (quarenta e três milhões e

duzentos e vinte mil e trezentos e oitenta e dois kwanzas) após deliberação da Assembleia Geral, através da constituição de Reservas, representando um aumento na ordem dos 11,76%.

Tabela 5: Repartição de dividendos entre Accionistas, após deliberação da Assembleia Geral

Principais accionistas	Número de acções	% Participação	Dividendo Bruto
Sonangol Holding Limitada-SGPS	1.653.250	8,50	3.407.762.859,59
Oberman Finance Corp	972.500	5,00	2.004.566.388,00
Dabas Manangement Limited	972.500	5,00	2.004.566.388,00
Mário Abílio R.M.Palhães	972.500	5,00	2.004.566.388,00
Theodore Jameson Gilletti	972.500	5,00	2.004.566.388,00
Lobina Anstalt	972.500	5,00	2.004.566.388,00
Coromasi Participações, Lda	923.875	4,75	1.904.338.068,60
Mário Alberto dos Santos Barber	752.715	3,87	1.551.534.384,31
Outros	11.257.660	57,88	23.204.860.507,44
Total	19.450.000	100	40.091.327.759,92

Fonte: Elaboração própria com base nos relatórios e contas anuais do BAI, S.A

A tabela 5, acima, ilustram a Repartição de dividendos entre Accionistas, após deliberação da Assembleia Geral e distribuído proporcionalmente em função da participação de cada um no capital social do BAI.

Segundo Ross (2010), dividendo se refere à remuneração dada aos accionistas em decorrência da apuração de lucros pela empresa. Os dividendos são pagos a partir do lucro. O pagamento ou não de dividendos e seu montante são decisões importantes que dependem sobre tudo da política de dividendos de cada empresa.

Constatou-se que a maior fatia da Repartição do dividendo foi para o Accionista outros equivalentes a 57,88%, o Accionista Sonangol Holding Limitada-sgps, com uma participação de 8,5%, recebendo um dividendo bruto no montante de AOA 3.407.762.859,59 (três bilhões e quatrocentos e sete milhões e setecentos e sessenta e dois mil e oitocentos e cinquenta e nove kwanzas e cinquenta e nove centimos), e o Accionista Mário Alberto dos Santos Barber, com a participação mais baixa no capital social do BAI de 3,47%, recebendo um dividendo bruto equivalente em AOA 1.551.534.384,31 (um bilhão e quinhentos e cinquenta e um milhões e quinhentos e trinta e quatro mil e trezentos e oitenta e quatro kwanzas e trinta e um centimos).

É de salientar que se o lucro retido for reinvestido com perspectivas de obter maiores retornos do que os accionistas conseguem obter isoladamente ao investirem o dinheiro em outras oportunidades de investimentos cujo risco seja igual, aconselha-se a não distribuição de dividendos (Brigham e Ehrhardt, 2012).

Conclusão

A pesquisa realizada teve como foco a Importância da Repartição do Resultado no Comportamento Patrimonial do BAI, com estudo de Caso o Banco Angolano de Investimentos num horizonte temporal compreendido entre 2018 e 2022.

A Repartição do Resultado entre Accionistas, comportou-se positivamente no património líquido do Banco Angolano de Investimentos através da constituição de Reservas, tendo em conta o Resultado apurado no final de cada exercício económico e da decisão do Conselho de Administração.

Verificou-se que o património líquido do Banco Angolano de Investimentos, apresentou sucessivos aumentos, através da constituição de reservas, tendo conta a decisão do Conselho de Administração em função dos resultados apurados no final de cada exercício económico e que a importância da Repartição de Resultados no comportamento patrimonial do BAI, tendo em conta o

dividendo distribuído do Resultado apurado no final do exercício económico de 2022.

Assim, o Banco Angolano de Investimento deve capacitar os seus contabilistas através de seminários, de modo acompanhar com actualização de mudanças de código tributário angolano e assim evitar eventuais multas, rever a política de afectação do pessoal na área de contabilidade, apostando nos profissionais formados na área.

Acredita-se ainda que o Banco Angolano de Investimento deve continuar a ouvir e levar em conta as opiniões dos *stakeholders* para continuar a obter lucros que garantam a sua competitividade e contabilização dos custos e proveitos fiscalmente não aceites, bem como o cumprimento integral da legislação fiscal em vigor de modo a evitar as eventuais multas ocorrentes.

Referências bibliográficas

Angola, Decreto n° 22/15 de 15 de Junho – Código dos Valores Imobiliários. *Diário da República*, I Série, n.° 124. <https://angolex.com/paginas/codigos/codigo-dos-valores-mobiliarios.html>

Angola, Lei n° 01/2004 de 13 de Fevereiro - Lei das Sociedades Comerciais. *Diário da República*, III Série, n.° 21
https://www.fgc.gov.ao/upload_media/upload/documentos/relatorios/Lei%201_04_%20Lei%20das%20Sociedades%20Comerciais.pdf

Angola, Lei n° 10/15 de 17 de Junho - Lei de Base das Instituições Financeiras. *Diário da República*, I Série, n.° 89. https://files.lex.ao/assembleia-nacional/2015/lei-n-o-12-15-de-17-de-junho/download/lei-n-o-12-15-de-17-de-junho_assembleia-nacional_lex-ao.pdf

Angola, Lei n° 16/10 de 17 de Julho. Lei do Banco Nacional de Angola. *Diário da República*, I Série, n.° 188.

BAI. (2022). Relatório e Contas 2019. <https://www.bancobai.ao/media/4uvbdoko/relato-rio-e-contas-individual-2019.pdf>

BAI. (2022). Relatório e Contas 2020. <https://www.bancobai.ao/media/t3nnv2j4/relato-rio-e-contas-2020.pdf>

BAI. (2022). Relatório e Contas 2022. <https://www.bancobai.ao/media/4748/relato-rio-e-contas-individual-2022.pdf>

Banco Angolano de Investimentos. (2022). *Estatutos sociais do Banco BAI*. *Diário da República*, III Série, n.° 21. https://www.bancobai.ao/media/4484/estatutos-social-bai_19_10_2022.pdf

BRAGA, Hugo R.. Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Calado et. al, (2018).Princípios de Investimentos. São Paulo

Filho, Jorge Ribeiro de Toledo (2016). Mercado de capitais brasileiro, uma introdução. São Paulo, Cengage Learning edições.

Gomes A. (2010).Contabilidade intermediaria. Curitiba: IESDE Brasil S.A.

Malumbu M. (2022). Análise crítica das contas de capitais e seu enquadramento na estrutura do plano geral de contabilidade. v.3, n.8., RECIMA21.
<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i8.1777.17/02/2023>

Neto, A. A. (2009), Finanças Corporativas e Valor. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Peres, J. (2011). “Contabilidade Bancária”. Universidade Lusíada de Angola.

Silva, F.V.G.; Pereira, J.M.E. e Rodrigues L.L (2005). Contabilidade das Sociedades. 13ª ed. Paralelo Editora.

Vieira P., E. Vieira; Luís P.C. Camarano N. L. G. Luís B. A. & Eduardo F.C. (2018). Teoria do lucro: estudo sobre as diferentes perspectivas de mensuração de lucro como apoio à tomada de decisão. *Universitas*, 12(22). <https://revistauniversitas.inf.br.17/02/2023>